

Argentina procura aprovar metas econômicas para negociar acordo com FMI

por Paulo Totti
de Buenos Aires

Encaminhado o problema dos atrasos no pagamento dos juros da dívida externa brasileira com os bancos credores, é a vez de a Argentina enfrentar dificuldades e duras negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em busca da aprovação de seu atual programa econômico e de um "stand-by" de US\$ 1 bilhão. Como a maioria dos analistas econômicos argentinos, o FMI também tem dúvidas sobre o resultado positivo das contas fiscais durante este ano. Os observadores internos são céticos quanto ao controle dos gastos do Estado e os auditores do FMI não estão totalmente convencidos de que o governo consiga um superávit de US\$ 2,8 bilhões ou US\$ 3 bilhões, como está prometendo em uma nova carta de intenções.

Para obter o empréstimo, o ministro da Economia, Domingo Cavallo, compromete-se a alcançar um superávit de 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Os encontros que manteve em Nagoya, no Japão, no início da semana, revelaram porém que o FMI desconfia da possibilidade de esse superávit ser atingido. Sterie "Ted" Beza, chefe do departamento do hemisfério ocidental do FMI, disse a Cavallo e a integrantes de sua equipe que não aceitará a contabilização da venda de ativos públicos como desempenho operacional do Tesouro.

Pelos cálculos do governo argentino 2% do PIB serão o saldo genuíno das suas contas fiscais — arrecadação de impostos menos gastos — e os outros 2% seriam obtidos com a venda de imóveis públicos e a privatização de quatro áreas petrolíferas, oleodutos, refinarias e empresas pertencentes ao Ministério da Defesa.

Do Japão, o ministro Cavallo partiu para a Alemanha, onde o presidente Carlos Saúl Menem assinou ontem um acordo de garantia mútua de investimentos com o governo de Bonn, mas o presidente do Banco Central, Roque Fernández, tomou o avião para Washington a fim de discutir no campo do adversário as dúvidas do FMI.

Fernández viajou satisfeito com os elogios ao novo plano econômico argentino feitos no Japão pelo secretário-adjunto do Tesouro David Mulford e espera que eles lhes sejam úteis na mesa de negociações com o FMI. Afinal, se no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a antipatia norte-americana foi importante para bloquear o empréstimo dessa entidade ao Brasil, uma opinião favorável no FMI poderia resultar no desbloqueio do empréstimo, pretendido pela Argentina. Em Washington já se encontra o subsecretário da Fazenda, Saúl Bouer, acertando os detalhes da nova carta de intenções ao FMI.

O governo argentino atribui grande importância às negociações com o Fundo pois o "sinal verde" dessa entidade, além de representar um empréstimo de US\$ 1 bilhão, possibilitará a liberação de outros US\$ 600 milhões que o Banco Mundial (BIRD) está retendo por falta de cumprimento de acordos anteriores com o FMI. Além disso, o próprio Cavallo ouviu do presidente do Eximbank japonês, Mitsuhida Yamaguchi, a promessa de financiar compras argentinas em seu país, "desde que sejam concluídas satisfatoriamente as negociações com o FMI (e também com o Clube de Paris)".

O US\$ 1 bilhão solicitado ao FMI - US\$ 780 milhões

ingressariam ainda neste ano — e os US\$ 600 milhões retidos no BIRD serão indispensáveis ao êxito do Cavallo II, o plano de convertibilidade do austral lançado a 1º de abril, pelo ministro da Economia. O governo está convencido de que suas necessidades de financiamento interno poderão ser satisfeitas com a arrecadação do Tesouro — com a "folga" anunciada de 2% do PIB. E a entrada dos recursos externos que dependem das reuniões de Washington será ajustada para pagar exato US\$ 1,3 bilhão de compromissos mantidos com os próprios FMI e BIRD neste ano.

O que sobrar do saldo operacional, critério de caixa e mais os 2% que resultarem das privatizações constituirão a "capacidade de pagamentos" para saldar compromissos com os bancos credores. De momento a Argentina está pagando, a título de atraso de juros (US\$ 7 bilhões), apenas US\$ 60 milhões mensais. E o governo não pretende aumentar esses pagamentos enquanto estiver necessitando de suas reservas — cerca de US\$ 5,4 bilhões em divisas, ouro e títulos — para lastrear os austrais em circulação, base de sustentação de toda a estrutura de sua atual política econômica.

Se a Argentina recebeu elogios públicos na reunião anual do BID em Nagoya e o Brasil admoestações e até represálias, isso apenas significa que, no momento, a Argentina executa uma política que coincide, em linhas gerais, com as diretrizes dos organismos internacionais. (Sua política externa também está totalmente alinhada a das grandes potências.) As dificuldades que está enfrentando para aprovação de um simples "stand-by" são, contudo, uma previsão do clima das futuras negociações sobre os juros em atraso quando, em definitivo, não se aceitará que contabilize na conta de receitas gerais o resultado de suas privatizações. Este terá que ser integralmente transportado à conta do pagamento da dívida externa, capital ou juros.

O ministro Domingo Cavallo, em entrevista que concedeu no Japão ao enviado do jornal El Cronista Comercial, reconheceu que é difícil convencer os auditores do Fundo. "Não somos um país com bons antecedentes", disse, "pois desde 1982 já conseguimos aprovar seis 'stand-by' junto ao FMI e, no segundo trimestre, eles tiveram de ser suspensos por falta de cumprimento por parte da Argentina."